



**Estado da Bahia**  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

**PARECER JURÍDICO**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 462/2025**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº: 049/2025**

**ASSUNTO: ANÁLISE DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS**

1

**I. SÍNTESE**

Trata-se da análise dos recursos interpostos pelas licitantes HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA, BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES, SINCES TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e H2T TECNOLOGIA LTDA, no bojo do Pregão Eletrônico nº 049/2025, que tem como objeto o *registro de preços para eventual aquisição de materiais permanentes (eletrodomésticos, eletrônicos, móveis e outros), para atender as necessidades das diversas secretarias desta municipalidade.*

Constata-se que as empresas recorrentes foram inabilitadas em razão do não cumprimento das exigências previstas no instrumento convocatório, em estrita observância ao princípio da vinculação ao edital. Não obstante, interpuseram recurso administrativo com o intuito de ver reformada a decisão que culminou nas respectivas desclassificações.

É o relatório.

**II. DO MÉRITO**

Inicialmente esclarece que o presente parecer jurídico é meramente opinativo, com o fito de orientar as autoridades competentes na resolução de questões postas em análise de acordo com a documentação apresentada, não sendo, portanto, vinculativo à decisão do ente que poderá optar pelo acolhimento das presentes razões ou não.

Registra-se que os presentes recursos administrativos objeto desta análise são tempestivos, estando de acordo com os ditames legais, cumprindo os requisitos formais exigidos para sua admissibilidade. Dessa forma, os sobreditos devem ser conhecidos.

Assim, seguimos para a apreciação individual dos pontos levantados pelos recorrentes:

*1. No que concerne à desclassificação da empresa HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA:*

No caso em apreço, observa-se que a sobredita empresa foi desclassificada em virtude de não ter apresentado a proposta realinhada referente aos itens 116 e 131, descumprindo, portanto, requisito expresso do instrumento convocatório.

Ainda que alegados problemas técnicos na plataforma eletrônica, é importante salientar que a responsabilidade pela adequada observância das regras do certame e pelo correto envio da documentação é do licitante, conforme dispõe a Lei nº 14.133/2021.



**Estado da Bahia**  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

Salienta-se que a ausência de falha sistêmica comprovada desautoriza o acolhimento do pedido, tendo em vista que exige justificativa objetiva e suficiente para alterações na condução do certame.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União é pacífica ao afirmar que “o descumprimento de exigência editalícia essencial implica a desclassificação do licitante, sob pena de afronta aos princípios da isonomia, da legalidade e do julgamento objetivo” (TCU, Acórdão nº 1.214/2013 – Plenário).

No mesmo sentido, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia tem decidido reiteradamente que a Administração deve zelar pelo estrito cumprimento do edital, não podendo admitir documentos ou propostas apresentados em desconformidade com as regras estabelecidas, sob pena de nulidade do certame.

Portanto, a decisão de desclassificar a empresa recorrente mostra-se juridicamente correta e necessária, por refletir a aplicação direta das normas editalícias e dos princípios reitores das licitações, garantindo a lisura, a isonomia entre os participantes e a observância da legislação vigente.

**2. No tocante à desclassificação da empresa BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES:**

No tocante a referida recorrente, verifica-se que a desclassificação decorreu da ausência de apresentação da composição de custos, documento expressamente exigido pelo edital para os casos em que a proposta ofertada se mostrasse inferior a 50% do valor estimado pela Administração.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, determina que as contratações públicas observarão, dentre outros, os princípios da isonomia, da legalidade, da vinculação ao edital, da competitividade e do julgamento objetivo. Por sua vez, o art. 59, § 2º, da mesma lei estabelece que caberá à Administração exigir comprovação da exequibilidade das propostas que se mostrarem manifestamente inexequíveis, especialmente quando o valor ofertado for significativamente inferior ao estimado.

Dessa forma, admitir a participação da recorrente, sem a devida comprovação de exequibilidade e sem observância às regras editalícias, configuraria violação direta ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório e ao julgamento objetivo, além de comprometer a isonomia entre os licitantes.

A jurisprudência do Tribunal de Contas da União especifica que a ausência de apresentação da planilha de custos ou a sua apresentação em desconformidade com o edital constitui motivo suficiente para a desclassificação da proposta, por se tratar de requisito essencial à verificação da exequibilidade.

Portanto, a decisão administrativa que desclassificou a empresa recorrente revela-se prudente, pois assegura a lisura do certame, a observância dos princípios da nova Lei de Licitações e a preservação da isonomia entre os participantes.

**3. Em relação à desclassificação da empresa SINCES TECNOLOGIA COMÉRCIO:**



**Estado da Bahia**  
**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**  
**PROCURADORIA MUNICIPAL**

No caso da empresa SINCES TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, verifica-se que a desclassificação decorreu da ausência de apresentação da Certidão de Improbidade Administrativa e da apresentação de balanços referentes aos exercícios de 2023 e 2024 de forma incompleta, documentos expressamente exigidos no edital como condição indispensável à habilitação.

A exigência desses documentos não se trata de mero formalismo, mas de instrumentos essenciais para assegurar a idoneidade, regularidade financeira e transparência do licitante, garantindo que a Administração contrate apenas empresas aptas a cumprir as obrigações contratuais com segurança jurídica e responsabilidade fiscal.

A Lei nº 14.133/2021, em seu art. 5º, estabelece que as contratações públicas devem observar, entre outros, os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao edital, julgamento objetivo e moralidade administrativa. Os arts. 62 a 69 reforçam que a habilitação do licitante depende da apresentação de documentos que comprovem regularidade fiscal, jurídica e econômico-financeira, não sendo possível admitir falhas ou lacunas em tais comprovações.

Ademais, a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é consolidada no sentido de que a ausência de documentação essencial à habilitação constitui fundamento suficiente para a desclassificação, não podendo a Administração flexibilizar exigências previstas no edital e, de forma análoga, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia tem reiterado que a inobservância de requisitos editalícios, especialmente documentos que atestam idoneidade e regularidade econômico-financeira, impede a continuidade do certame e compromete os princípios da legalidade e da isonomia.

**4. Acerca da desclassificação da empresa H2T TECNOLOGIA LTDA:**

A Lei nº 14.133/2021 estabelece princípios e regras para a contratação pública no Brasil. Dentre esses princípios, destaca-se o Princípio do Instrumento Convocatório, fundamental para garantir a transparência, a isonomia e a segurança jurídica no processo licitatório.

O instrumento convocatório, que pode ser o edital ou o aviso de contratação direta, é o documento que rege a licitação, estabelecendo os critérios de participação, julgamento e execução do contrato. Ele deve conter de forma clara e objetiva todas as condições da licitação, garantindo que os interessados possam participar em igualdade de condições, conforme preconiza o art. 25 da Lei 14.133/2021.

Nota-se que o edital é a "*lei interna da licitação*", conforme entendimento consolidado na jurisprudência e doutrina, assim, os licitantes devem obrigatoriamente atender aos requisitos editalícios, não sendo permitido afastar exigências previstas no edital.

O item 9.12.24 do referido edital, ao estabelecer de forma clara e inequívoca a exigência de apresentação da Certidão de Improbidade Administrativa, instituiu



**Estado da Bahia**

**MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA**

**PROCURADORIA MUNICIPAL**

verdadeira obrigação a ser cumprida por todos os licitantes, sem qualquer margem de discricionariedade ou flexibilização por parte da Administração.

Assim, a ausência de apresentação do referido documento não pode ser interpretada como uma falha meramente formal ou sanável por meio de diligência, mas sim como efetivo descumprimento de condição essencial de habilitação, comprometendo a regularidade do procedimento.

O art. 64, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 permite diligência apenas para complementar informações de documentos já apresentados. No caso em análise, a recorrente não apresentou o documento exigido, razão pela qual não há falar em diligência, sob pena de violação ao princípio da isonomia.

Em suma, o Tribunal de Contas da União possui firme entendimento de que, ausente documento essencial previsto no edital, a inabilitação é medida que se impõe, pois a Administração não pode afastar cláusula editalícia sob pena de violar a vinculação ao instrumento convocatório.

### **III. DA CONCLUSÃO**

Diante de todo o exposto, opina-se pelo total desprovimento dos recursos administrativos interpostos pelas empresas HIGH LEVEL COMERCIAL LTDA, BAUER COMÉRCIO E LICITAÇÕES LTDA, SINCES TECNOLOGIA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA e H2T TECNOLOGIA LTDA, em razão do descumprimento das exigências editalícias e em consonância com os entendimentos consolidados pelo Tribunal de Contas da União e pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia, que reconhecem a legalidade da inabilitação ou desclassificação de licitantes que não atendam aos requisitos essenciais previstos no instrumento convocatório.

Este é o parecer.

Retirolândia/BA, 15 de setembro de 2025.

**LUCAS SILVA MOTA SOUZA**

**Procurador Municipal**

**OAB/BA 47.405**